

# PGR tem 48 horas para avaliar defesa de Bolsonaro

Apurações da PF apontam tentativa de desestabilizar processo

Por Karoline Cavalcante

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, enviou à Procuradoria-Geral da República (PGR), nesta segunda-feira (25), a resposta apresentada pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O procurador-geral Paulo Gonet terá 48 horas para se manifestar sobre as alegações dos advogados,

que contestam acusações relacionadas à obstrução de investigações e tentativa de interferência no curso do julgamento da Ação Penal nº 2668 — que investiga a suposta tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022 — marcado para iniciar no dia 2 de setembro.

A resposta foi protocolada na última sexta-feira (22), dois dias após a Polícia Federal indiciar Bolsonaro e o seu filho, o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), sob acusações que envolvem coação, tentativa de obstrução de investigações e abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

A defesa alega que o relatório da PF carece de elementos concretos e classifica o material como politicamente motivado.

## Defesa

Um dos principais pontos da controvérsia envolve um rascunho de pedido de asilo político encontrado no celular do ex-chefe do Palácio do Planalto. O documento de 33 páginas, segundo a PF, indicaria que o ex-presidente teria iniciado um planejamento para deixar o país ainda em fevereiro deste ano, em meio às investigações.

A defesa, no entanto, afirma que o texto jamais foi assinado



Moraes dá a Gonet dois dias para analisar defesa de Bolsonaro

ou enviado, e, portanto, não configura tentativa de fuga.

“Fato é que, com ou sem o rascunho, o ex-presidente não fugiu. Pelo contrário, obedeceu a todas as decisões emanadas pela Suprema Corte, inclusive a que o proibia de viajar ao exterior, respondeu à denúncia oferecida, compareceu a todas as audiências, sempre respeitando todas as ordens deste STF”, diz o trecho do documento enviado pela defesa na sexta-feira (22).

Os advogados também refutam a tese de que Bolsonaro tenha violado medidas cautelares, como o uso de redes sociais ou contato com investigados.

De acordo com a defesa, o envio de vídeos por meio do WhatsApp — citado pela PF como evidência de atividade em redes — não caracteriza infração, já que se trata de um “meio de comunicação pessoal” e não há vedação explícita ao uso do aplicativo nas decisões judiciais.

## Prisão domiciliar

Desde 4 de agosto, Bolsonaro cumpre prisão domiciliar por ordem de Moraes, que considerou haver violações reiteradas às cautelares impostas. O ex-presidente está proibido de usar redes sociais, inclusive por meio de terceiros, de manter contato com outros investigados e de visitar representações diplomáticas. Ele também utiliza tornozeleira eletrônica e depende de autorização judicial para receber visitas.

A defesa, porém, sustenta que não há fatos contemporâneos que justifiquem a manutenção da prisão. Em documento de 12 páginas, os advogados solicitam a revogação da medida ou, alternativamente, que o STF julgue com urgência o recurso já protocolado contra a decisão.

## Investigação

As apurações da Polícia Federal apontam que Jair e Eduardo atuaram para tentar desestabilizar o processo judicial em curso. Áudios e mensagens extraídas de dispositivos eletrônicos do ex-presidente indicariam articulações com aliados — entre eles, o pastor Silas Malafaia — com o objetivo de intimidar investigadores e influenciar o andamento do caso.

O deputado também foi citado na investigação por atuar, nos EUA, em favor da imposição de sanções contra autoridades brasileiras. Ele teria participado de articulações que resultaram em ações como a aplicação da Lei Magnitsky contra Moraes, além do anúncio de tarifas a produtos brasileiros pelo presidente norte-americano Donald Trump (Republicano).

# Governo pode ampliar compra de alimentos por tarifaço

Por Karoline Cavalcante

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, afirmou nesta segunda-feira (25), que a lista de obtenção de alimentos, que inicialmente seriam exportados para os Estados Unidos, funcionará por mais tempo do que o previsto, se necessário. A regulamentação — que dá a permissão à administração pública para adquirir gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares e por pessoas jurídicas por meio de contratação direta via dispensa de licitação —, foi formalizada por meio da Portaria Interministerial N°12, publicada na noite da última sexta-feira (22), no Diário Oficial da União (DOU).

Como alternativa para mitigar os impactos econômicos provocados pela decisão do presidente dos EUA, Donald Trump (Republicano), de sobretaxar, em até 50%, a importação de produtos brasileiros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou um pacote emergencial de medidas. As ações foram reunidas no Plano Brasil Soberano, instituído por meio da Medida Provisória nº 1.309, publicada em 13 de agosto no Diário Oficial da União. A proposta tem como foco proteger os produtores afetados, preservar empregos, garantir renda e evitar o desperdício de alimentos perecíveis que perderam mercado após a adoção da tarifa pelo governo norte-americano.



Teixeira confia que café e carne virarão exceções

## Alimentos

De acordo com Teixeira, a compra dos alimentos será feita com base na tabela de preços já utilizada pelos programas governamentais. Segundo ele, ainda que não sejam praticados os valores internacionais, os preços garantem uma remuneração justa aos produtores.

O ministro também deixou claro que a vigência da MP, inicialmente prevista para 180 dias, poderá ser prorrogada conforme a duração da crise. “A validade dessa medida é o tempo para a solução definitiva do tema imprevisto tanto para o governo, quanto para a sociedade brasileira”, iniciou

em entrevista coletiva. “Creio que o Congresso tem simpatia por essa medida que dialoga com a economia agrícola dos estados brasileiros, com o agricultor familiar e com o pequeno produtor”, completou o representante da Pasta.

A iniciativa busca absorver o excedente de produção que deixou de ser exportado, assegurando que esses itens sejam direcionados para a alimentação escolar, hospitais públicos, Forças Armadas e estoques estratégicos. A lista inicial de produtos inclui itens como açaí, uva, manga, mel, água de coco, pescados, castanha de caju e castanha-

-do-pará, selecionados por serem alimentos perecíveis e com menor capacidade de redirecionamento a outros mercados internacionais. A relação poderá ser atualizada a qualquer momento.

## Planejamento

Além da compra direta dos alimentos, o plano prevê medidas de apoio financeiro, com a destinação de R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações para uma linha emergencial de crédito às empresas afetadas. Também estão incluídas alterações nas regras do seguro de crédito à exportação, o adiamento do pagamento de tributos federais e a ampliação da devolução de impostos via o programa Reintegra — iniciativa para incentivar a exportação de produtos do país. Para se habilitar ao programa, as empresas interessadas deverão comprovar que foram diretamente impactadas pela sobretaxa.

Embora produtos como café e carne bovina também tenham sido atingidos pela nova tarifa, eles ficaram de fora da lista de aquisição direta por apresentarem características diferentes: têm maior durabilidade, capacidade de estocagem e continuam com forte demanda internacional. “E nós acreditamos que eles vão em algum momento excepcionar o café e a carne, porque aumentou o preço da carne nos Estados Unidos”, explicou o ministro do MDA.

# CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Andressa Anhoite/Agência Senado



Senador criticou decisão do presidente Lula

## Ciro promete derrubar vetos a projeto ambiental

Presidente do PP e ex-ministro da Casa Civil de Jair Bolsonaro, o senador **Ciro Nogueira** (PI) se comprometeu a derrubar os vetos do presidente Lula (PT) ao projeto que muda a legislação ambiental.

Em sua fala durante o Fórum Empresarial promovido pelo Lide, Nogueira elogiou o que ambientalistas classificam de PL da Devastação. Isso, pelas modificações que facilitam atividades econômicas em áreas protegidas.

Um dos 63 vetos de Lula impede o autolicensing ambiental para projetos classificados como de médio impacto — de acordo com o Observatório do Clima, essa designação inclui praticamente todos os empreendimentos, até mesmo barragens como as que se romperam em Minas Gerais.

Para ele, o maior desafio dessa indústria está relacionado à necessidade de busca e exploração de novos poços de petróleo. Segundo o executivo, se a produção não for incrementada, o país corre o risco de perder autossuficiência em 2033. “É preciso repor as reservas”, diz.

## Sem taxa

Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, **Roberto Furian** Ardenghy resalta que o setor passou incólume às medidas decretadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Brasil. Ele não taxou as nossas exportações de petróleo.

## Reposição

Para ele, o maior desafio dessa indústria está relacionado à necessidade de busca e exploração de novos poços de petróleo. Segundo o executivo, se a produção não for incrementada, o país corre o risco de perder autossuficiência em 2033. “É preciso repor as reservas”, diz.



Relatório da Firjan mostra impacto do petróleo

## Estudo: Rio de Janeiro continua petrodependente

Elaborado pela Firjan, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, o Relatório de Investimentos 2025-2027 mostra que a economia fluminense continua petrodependente.

Os projetos em andamento somam R\$ 336 bilhões, 80% são na área de energia, que correspondem a R\$ 267,8 bilhões.

Deste total, 96,5% são na área de petróleo e gás

Entre os projetos da iniciativa privada, 86,4% são na área de energia, quase todos ligados à exploração offshore.

Projetos de infraestrutura que vêm sendo tocados representam 7,3%; de indústria de transformação, 5,3%; de desenvolvimento urbano, 4,5%.

## Criativa

Por falar na Firjan: segundo a entidade, a indústria criativa já é responsável por 3,59% do PIB nacional, e movimentou R\$ 393,5 bilhões em 2023. Hoje, o Ministério da Cultura apresentará, no CCBB do Rio, novas formas de financiamento federal para o setor.

## Risco ao centro

Os dados da pesquisa de opinião que vêm sendo divulgados aos poucos pela Genial/Quaest reforçam a percepção de políticos mais ao centro de que Jair Bolsonaro cada vez perde mais terreno entre eleitores moderados, que não se dizem de esquerda ou de direita.

## Golpismo

Em dezembro, 45% dos integrantes desse grupo de nem direita nem esquerda disseram acreditar que o ex-presidente participara da tentativa de golpe; agora, são 58%. O índice dos que não identificavam sua atuação na trama caiu de 33% para 25%.

## Tentativa

Esses dados têm sido acompanhados de perto por partidos de viés conservador, como os do Centro e ajudam a explicar o aumento da movimentação de pré-candidatos de direita à Presidência. Todos em busca de se viabilizarem como bolsonaristas e moderados.